



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



Por uma Ater para mulheres agroecológica e feminista!

For an agroecological and feminist Ater for women!

MOLINA, Caroline Buosi; SPECHT, Analine Almeida.

UnB, carolinemolina@gmail.com, analine.ana@gmail.com

Tema gerador: Mulheres e Agroecologia

Resumo

Este ensaio teórico busca apresentar aproximações entre a assistência técnica e extensão rural (Ater), agroecologia e feminismo como estratégias à promoção da autonomia das mulheres. Consideramos que a agroecologia e o feminismo buscam o rompimento de paradigmas dominantes no campo das ciências e como consequência na estruturação de políticas públicas de desenvolvimento rural. Os avanços empreendidos no período de 2003 a 2015 na incorporação da matriz agroecológica e do conteúdo feminista da Ater se deram pela orientação política institucional do Governo Federal e pela agenda apresentada pelos movimentos sociais de mulheres e feministas. Este estudo foi elaborado com base na literatura dos temas em tela, de nossa experiência pessoal na elaboração e execução de políticas para as mulheres rurais e na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Também reflete estudos anteriores sobre Ater e Mulheres e constitui elemento de nossos projetos de pesquisa de mestrado em curso.

Palavras-chave: assistência técnica e extensão rural; mulheres rurais; agroecologia; feminismo.

Abstract

This theoretical essay aims to present approximations amongst technical assistance and rural extension (Ater), agroecology and feminism as strategies to promote women's autonomy. We consider that agroecology and feminism seek to break down dominant paradigms in science and as a consequence on structuring of public policies for rural development. The advances in the period from 2003 to 2015 in the incorporation of the agroecological matrix and the feminist content of Ater were due to the institutional political orientation of the Federal Government and the agenda presented by the women's and feminists' social movements. This study was based on the literature, on our personal experience in the elaboration and execution of policies for rural women and in the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension. It also reflects previous studies on Ater and Women and is an element of our ongoing masters research projects.

Keywords: technical assistance and rural extension; rural women; agroecology; feminism.

Introdução

A assistência técnica e extensão rural (Ater) historicamente foi orientada pelos princípios da Revolução Verde como difusionismo, produtivismo, uso de agrotóxicos, mecanização, transferência de tecnologia e monocultivo. Os serviços excluíram a agricultura familiar de base camponesa e tradicional e contribuíram para a invisibilidade das mulheres.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



A reorientação dos princípios e orientações metodológicas de Ater se deu a partir de 2003 com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que passou a ser dirigida à agricultura familiar, camponesa, assentamentos da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, mulheres rurais e organizações coletivas. Entre 2003 e 2015 ocorrem significativos avanços nesta política como criação do Programa de Ater (Pronater), Ater Especializada para Mulheres, Ater Quilombo-la, sanção da Lei 12.188/2010 (Lei de Ater), realização de duas Conferências Nacionais de Ater e criação da Agência Nacional de Ater (Anater).

Estes avanços acompanharam iniciativas implementadas pelo Governo Federal no âmbito das políticas de desenvolvimento rural com a criação de novas institucionalidades, mecanismos de participação e controle social, novos desenhos de políticas públicas e reconhecimento de desigualdades sociais e econômicas. Destaca-se a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (extintos em 2016). Merece destaque, também, a realização das duas Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural e Sustentável e a implementação dos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

Neste período foram desenvolvidas políticas públicas voltadas para a autonomia das mulheres rurais sob coordenação da DPMR e em diálogo permanente com movimentos sociais, redes, articulações e organizações não governamentais representante das trabalhadoras rurais. Inserir as mulheres na dinâmica da economia rural, visibilizar a desigualdade entre homens e mulheres e valorizar o trabalho produtivo e reprodutivo realizado por elas são diretrizes que balizaram as ações da Diretoria (BUTTO, 2011). A promoção dos direitos econômicos das mulheres rurais buscou a efetivação da cidadania, a afirmação da agroecologia como matriz produtiva, o fortalecimento das organizações coletivas delas, a segurança alimentar e ampliação da participação e controle social. As iniciativas desenvolvidas pela DPMR de cunho feminista propiciaram avanços no que diz respeito à problematização das relações de gênero na compreensão da produção de base familiar e no desenho de instrumentos e metodologias de políticas públicas de desenvolvimento rural (SPECHT, 2014)

O protagonismo das mulheres na agenda da agroecologia e da Ater foi significativo considerando os avanços, tensões e desafios colocados para a sociedade civil e para o Estado. A Ater como política que chega diretamente na unidade de produção familiar ou coletiva, que tem por finalidade o assessoramento técnico, que articula diferentes políticas públicas e que busca qualificar a produção, faz este serviço central para a



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



autonomia econômica das mulheres e para construção da agroecologia como matriz produtiva. Apresentar a relação e a importância na articulação da Ater de base agroecológica e feminista é objeto deste artigo.

Resultado e discussão

Mas, afinal, qual a importância da política de assistência técnica e extensão rural para as mulheres rurais ter a agroecologia como diretriz?

Feminismo e agroecologia se unem enquanto agendas de questionamento e rompimento de paradigmas dominantes no sistema. Por um lado, a agroecologia propõe o estabelecimento de relações não mercantis com a natureza; o resgate e a valorização de conhecimentos e práticas tradicionais; a troca de saberes; busca o bem estar e a qualidade de vida em harmonia com o ambiente e com as pessoas; o cuidado com a terra se soma à luta pela igualdade. Nos processos agroecológicos, há espaço para a desconstrução de bases capitalistas e ambientalmente insustentáveis (ALMEIDA, 2008), seguindo uma lógica contra hegemônica do sistema.

Por outro lado, o feminismo identifica falsas dicotomias sociais: cultura e natureza, público e privado, produtivo e reprodutivo; elementos estes separados e hierarquizados, que condicionam as mulheres ao espaço privado, a natureza e o trabalho reprodutivo, menos valorizados socialmente. (NOBRE et al., 2014). A economia feminista questiona a divisão sexual do trabalho enquanto criação ideológica e cultural, de base material, que permite a subordinação e desvalorização do trabalho doméstico e dos cuidados atribuídos às mulheres (CARRASCO, 2005). O feminismo busca visibilizar e valorizar o trabalho doméstico das mulheres, enquanto garantidor da sustentabilidade da vida humana, contemplando atividades não mercantis e relações não mediadas pela esfera financeira. Assim como a agroecologia, o feminismo critica o paradigma dominante do pensamento econômico, enfatizando a necessidade de transformar as estruturas que organizam as desigualdades.

Feminismo e agroecologia também se aproximam por serem construídos a partir da reflexão sobre a experiência dos sujeitos que os realizam, subvertendo as formas dominantes de construção do saber e as relações de poder estabelecidas pelos discursos científicos e tecnológicos (SILVA, 2008).

Mesmo em contraposição ao agronegócio e legitimando-se como novo paradigma, o movimento agroecológico ainda tem como desafio trabalhar novas formas de organização do trabalho e o enfrentamento às relações desiguais entre homens e mulheres. Por isso, a integração com a agenda feminista faz-se necessária.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



Em relação às práticas produtivas, as mulheres adotam diferentes formas de manejo e conservação ambiental e convivência com os biomas, adaptando estratégias de produção e reprodução do grupo familiar. Destacam-se, entre estas, práticas de conservação e reprodução de sementes crioulas; plantio de hortas e quintais agroecológicos; manejo ambiental associado às práticas de artesanato, com destaque para fibras, tinturas e outros (MOURÃO, 2010).

Reconhecer as práticas e saberes das mulheres na produção agroecológica perpassa visibilizar e valorizar sua contribuição para a sustentabilidade da vida humana tanto por seu trabalho reprodutivo como produtivo. A Ater deve buscar garantir metodologias capazes de favorecer e contribuir para o despertar crítico das mulheres, valorizar os conhecimentos e histórias de vida delas para articular a organização, mobilização e produção com vistas a potencializar sua intervenção sobre a realidade (MEDEIROS e SILVA, 2014).

Neste sentido, a política de Ater para Mulheres, feminista e agroecológica, pode contribuir na promoção da autonomia econômica das mulheres, na valorização e no reconhecimento do seu trabalho e de suas organizações produtivas. Os serviços de Ater devem estar orientados por metodologias participativas, que qualifiquem o processo produtivo agroecológico de forma integral, reconhecendo e estimulando habilidades e capacidades para que as mulheres atuem com autonomia na produção, na gestão coletiva, na comercialização, na articulação e atuação em redes e no acesso às políticas públicas. Os serviços também devem buscar a alteração da divisão sexual do trabalho, potencializando a presença das mulheres em espaços de decisão e em atividades produtivas que garantam renda e participação ativa na economia local.

Estratégias nesta direção foram adotadas pelo Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais em articulação com as diretrizes e orientações da Pnater e mais recentemente, no Planapo (HORA e MOLINA, 2014). Como uma das ações mais significativas do I Planapo, e também do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, foram previstas em todas as chamadas públicas de Ater para agricultura familiar o atendimento de pelo menos 50% de mulheres como público beneficiário e que ao menos 30% dos recursos fossem destinados para atividades específicas para as mulheres, além da obrigatoriedade de oferta de recreação infantil nas atividades coletivas e do incentivo à contratação de técnicas mulheres.

Garantir Ater adequada para as mulheres, de base agroecológica e feminista, significa reconhecer e evidenciar o papel que elas sempre desempenharam na agricultura e na reprodução do modo de vida do campo. Invisibilizar as mulheres na compreensão



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



geral *familista* significa negligenciar este papel e contribuir para exclusão das mulheres dos espaços de discussão de tecnologia e consolidar a separação colocada pela divisão sexual do trabalho (SILIPRANDI, 2002).

Conclusão

As práticas e metodologias de Ater devem romper com a idealização de um modelo de família homogêneo, sem relações de poder e desigualdades em seu interior, na qual os homens são provedores e as mulheres reprodutoras. Adotar a agroecologia como matriz tecnológica na política de Ater é importante, mas não implica necessariamente em leituras e abordagens críticas quanto às desigualdades entre homens e mulheres.

A Ater deve ser agroecológica e feminista incorporando metodologias e técnicas de valorização do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, seus saberes, conhecimentos e práticas. Deve considerar a sustentabilidade da vida humana como parte da economia rural, imprescindível para a reprodução social e para a matriz produtiva agroecológica.

Nesse sentido, as mudanças em curso na Pnater, por meio da institucionalização da Anater devem primar pela manutenção de avanços já observados na garantia de Ater para as mulheres. Na expectativa de consolidação desta política, destaca-se a importância de estabelecer na estrutura da Anater um organismo específico para mulheres, de forma a manter e ampliar a política de assistência técnica para mulheres agroecológica, com dotação orçamentária própria, integração e transversalidade com as outras ações e a constituição de espaço de diálogo com movimentos e organizações de mulheres e feministas.

Referência

ALMEIDA, Marli. Feminismo e Agroecologia: princípios para uma prática de assessoria técnica e social emancipadora. In: Casa da Mulher do Nordeste (Org.). Cadernos Feministas de Economia e Política, n.4. Recife: 2008. p.17-22

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Org. BUTTO, Andrea e DANTAS, Isolda. Brasília: MDA, 2011

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: Vara Maria Jesús. Escritos sobre género y economía. Madri: Akal, 2005



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MOLINA, Caroline. Mulheres rurais e as políticas públicas de apoio à produção agroecológica e de base sustentável. In: BRAVO, A. S.; ANGELIN, R. (Org.). *Mujeres e Medio Ambiente: feminismo e ecologia*. 1ed. Madrid - Espanha: Punto Rojo, 2014, v. 1, p. 109-130.

MEDEIROS, Rejane C. SILVA, Antônia M. Z. O. A perspectiva feminista e a agroecologia na assessoria técnica realizada pelo Centro Feminista 8 de Março. In. *Economia feminista: mulheres rurais e políticas públicas*. Orgs. DANTAS, Maria C. [et al]. Mossoró: EdUFERSA, 2014

MOURÃO, Patrícia. *Organizações Produtivas de Mulheres Rurais*. Brasília, MDA/NEAD, 2010. Mimeo.

NOBRE, Miriam Pacheco et al. *Economia feminista e soberania alimentar: avanços e desafios*. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista; OXFAM, 2014.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o social na transição agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre - RS, v. 3, n.3, p. 38-48, 2002.

SILVA, Carmen. Mulheres e agroecologia: desafios políticos e metodológicos. In: *Casa da Mulher do Nordeste* (Org.). *Cadernos Feministas de Economia e Política*, n.4. Recife: 2008. p.119-129.

SPECHT, Analine A. *Institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma perspectiva de gênero*. Monografia apresentada a Universidade de Brasília para obtenção de título de especialista em Gestão de Política Pública de Gênero e Raça. Brasília, 2014 disponível em <http://bdm.unb.br/handle/10483/13074>